



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00145/2020 e UIDB/00281/2020.

CIDADE
PARTICIPADA:
ARQUITECTURA
E DEMOCRACIA

ALGARVE

COORDENAÇÃO
MIGUEL REIMÃO COSTA
ANA ALVES COSTA

OPERAÇÕES
SAAL

4

TINTA ^{em} CHINA

LISBOA · MMXXII

Nesta edição, respeitou-se a opção ortográfica de cada autor.

© 2022, Autores e Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 - E.10
1750-149 Lisboa - Portugal
Tels.: 21 726 90 28
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia.*
Operações SAAL – Algarve.

Autores: AAVV

Coordenação: Miguel Reimão Costa, Ana Alves Costa

Créditos fotográficos:

Albano Pereira: 28, 53, 68, 73
António da Cunha Telles: 15-16, 120
Arquivo Alexandre Alves Costa: 4, 5, 8, 11-14, 67, 94, 96
Arquivo Associação 11 de Março de Olhão: 59-63
Arquivo Câmara Municipal de Vila Real de Santo António: 48
Arquivo João Dias: 1-2, 51-52, 71, 95
Arquivo João Moitinho: 17, 19, 31-37, 42-47, 55-58, 66, 77, 97, 100, 102-114
Arquivo José Veloso: 18, 40-41, 49-50, 69-70, 72, 74-76, 78-81, 83, 115-116
Arquivo José Maria Lopes da Costa: 9, 27, 29-30, 38-39, 54, 86-93, 98-99, 117
Arquivo Manuel Dias: 118-119
Arquivo Municipal António Rosa Mendes (C.M. Olhão): 85
Arquivo Sergio Fernandez: 3, 6
Associação José Afonso: 121
Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra: 64-65, 101
João Abel Manta: 7
João Aguiar [et al.]: 20-26
Jorge Gigante: 10
Miguel Reimão Costa: 82, 84

Fotografia da capa: Meia Praia, Lagos. Arquivo Albano Pereira.

Conselho Editorial: Alexandre Alves Costa, Ana Alves Costa,
Ana Catarina Costa, Carlos Machado, Filipa de Castro Guerreiro, Luís Urbano,
Marta Oliveira, Miguel Reimão Costa, Ricardo Santos e Sergio Fernandez

Revisão: Tinta-da-china

Capa e composição: Tinta-da-china (P. Serpa)

1.ª edição: Julho de 2022

ISBN: 978-989-671-691-2

DEPÓSITO LEGAL n.º 414 373/21

ÍNDICE

- 7 *Apresentação da colecção*
9 *Preâmbulo*
Miguel Reimão Costa, Ana Alves Costa

- 10 *A revolução com um grão*
de SAAL (1974-1976/1979)
Paulo Varela Gomes

- 24 *Uma perigosa unidade*
Alexandre Alves Costa

- 30 *Mãos à obra. A autoconstrução*
e a identidade do processo
SAAL no Algarve
Miguel Reimão Costa

QUATRO BAIRROS

- 78 *Bairro 25 de Abril*
na Meia Praia, Lagos
Vitor Ribeiro

- 90 *Bairro da Associação*
Progresso, em Silves
Vitor Ribeiro

- 98 *Bairro 11 de Março, em Olhão*
Ana Alves Costa

- 108 *Bairro 1.º de Maio, em Tavira*
Miguel Reimão Costa

DEPOIMENTOS

- 120 *O SAAL e a Revolução*
José Baptista Alves

- 128 *O SAAL no Algarve*
e os índios da Meia Praia
José Veloso

- 136 *O bairro 11 de Março em Olhão*
José Maria Lopes da Costa

- 142 *O bairro 11 de Março*
e a autoconstrução
João Luís Correia

- 146 *Quase meio século depois*
Manuel Dias

- 154 *Os corajosos índios*
da Meia Praia: saudades
de uma pequena aventura
António da Cunha Telles

- 158 *Depoimento sobre o filme*
Continuar a Viver ou
os Índios da Meia Praia
José Afonso

- 161 *Notas*

- 172 *Bibliografia*

TERRAÇO ABERTO

Terraço aberto
aos ventos e aos astros
crivado
das balas de frescura
das ranhuras do sol

muros
onde vejo dedos
muros fraternos
de meus ossos

aqui respiro
através das flores
da chaminé
nos planos brancos
nos montes azulados
nas velas brancas
nas areias douradas

aqui respiro
a claridade

António Ramos Rosa
(*Voz Inicial*, Lisboa: Livraria Moraes, p. 56)

APRESENTAÇÃO DA COLECÇÃO

O projecto editorial *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia* é uma colecção composta por dez volumes dedicados ao **Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)**, em vigor entre 1974 e 1976.

A colecção tem como objectivo documentar, estudar e divulgar um conjunto diversificado de processos, projectos e bairros, contribuindo não só para um conhecimento mais completo da arquitectura portuguesa do pós-25 de Abril de 1974, como também para a discussão sobre a construção da cidade contemporânea.

A investigação em curso abrange diversas operações a nível nacional, distribuídas pelas três regiões do país de acordo com a organização do Serviço à data da sua criação: SAAL/Norte, SAAL/Lisboa Centro-Sul e SAAL/Algarve.

O saber adquirido e as ideias e metodologias lançadas pelas diferentes operações poderão servir de base para uma discussão sobre os problemas da cidade contemporânea, sobretudo no que diz respeito à habitação, aos processos de participação, à vivência própria de cada bairro e ao modo de habitar das suas populações.

A estrutura e a coerência da colecção são garantidas pelo conselho editorial. Cada volume terá a seu cargo uma coordenação e uma equipa de investigadores do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP).

A circunscrição de cada livro a uma operação, ou a um grupo de operações, de acordo com a área geográfica em estudo permite, partindo de um melhor entendimento de alguns processos, conhecer a diversidade das circunstâncias, metodologias, projectos e populações envolvidas no programa SAAL. Pretendemos, com esta colecção, divulgar um conjunto de projectos e bairros pouco conhecidos, e aprofundar o estudo daqueles que o tempo cimentou como os mais emblemáticos.

O Conselho Editorial
Junho de 2022

PREÂMBULO

MIGUEL REIMÃO COSTA
ANA ALVES COSTA

Esta publicação constitui o quarto volume da coleção «Cidade Participada: Arquitetura e Democracia», procurando reconhecer as circunstâncias e os aspetos particulares de implementação do programa no Algarve. É por isso um volume de âmbito regional justificado pela coerência que o SAAL comportou neste território; uma coerência resultante, entre outros fatores, do quadro das relações entre as associações de moradores e as equipas técnicas que, muito para além da elaboração dos projetos, participaram na divulgação e no acompanhamento do programa junto das comunidades. Dando continuidade à estrutura partilhada pelos vários volumes da coleção, procuramos, através do contributo dos diferentes autores: enquadrar a leitura das operações do Algarve no contexto nacional mediante a republicação do texto seminal «A Revolução com um grão de SAAL»; compreender o âmbito das relações, mais ou menos institucionais, dos participantes do processo em diferentes contextos geográficos através do texto «Porto, Algarve, fevereiro de 1976»; apresentar de forma detalhada alguns projetos representativos do SAAL na região algarvia, distinguindo a operação iniciática da Meia Praia e acrescentando, nessa descrição, uma operação por cada uma das áreas delimitadas para a implementação do programa e constituição das equipas técnicas locais (Sotavento, Centro e Barlavento); e, por fim, combinar os depoimentos de dirigentes e projetistas com a revisitação de um dos momentos mais celebrados na região, relativo ao filme *Continuar a Viver ou os Índios da Meia Praia*, através da lente do seu realizador. A preparação deste volume permitiu ainda recolher alguma documentação relevante, apenas em parte ora publicada, que será doada ao Centro de Documentação 25 de Abril. Quarenta e cinco anos após a publicação do decreto que levaria ao fim do programa, o SAAL continua a constituir um espaço de referência primordial para refletir sobre o direito à habitação e o direito à cidade, que se mantém hoje tão premente como então.

A REVOLUÇÃO COM UM GRÃO DE SAAL

(1974-1976/1979)

PAULO VARELA GOMES

[Texto originalmente publicado em «Arquitectura nos últimos vinte e cinco anos», in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa. Terceiro Volume*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1995, pp. 560-566.]

Costuma dizer-se que a crise revolucionária de 1974-1975 não provocou qualquer rutura nas intervenções urbanas e arquitetónicas dos «arquitetos de escola» portugueses. A não ser em quantidade, com uma produção habitacional muito mais intensa, ao menos dos dois anos em que alguns departamentos do Estado se interessaram pelo bem-estar do povo (o Fundo de Fomento da Habitação promoveu dois mil fogos entre 1969 e 1973... e 21 mil em 1975, decrescendo logo em 1977)¹.

A Revolução ocasionou um alastramento dos tipos de habitação que tinham sido já experimentados no Restelo e na Bouça: surgiram blocos com disposições mais contínuas, cêrceas próximas da envolvente e acessos mais diretos às casas com abandono progressivo da galeria e a adoção de casas em banda.

Todavia, esta tendência foi claramente minoritária, mantendo-se no essencial os blocos articulados por acessos verticais coletivos dando para galerias de distribuição, um partido tipológico que proporcionou insegurança e vandalismo nos prédios de habitação de gente pobre ou bruscamente deslocada, e cuja única justificação é o sectarismo das modas arquitetónicas.

Com a Revolução, o Fundo de Fomento da Habitação desencadeou uma série de operações, com carácter de urgência: prossecução e intensificação dos seus programas habituais de alojamento, programa de apoio às cooperativas de habitação, contratos de desenvolvimento e o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID). Mas a operação mais carregada de significado foi o SAAL, até porque os programas de alojamento do Fundo de Fomento da Habitação utilizaram projetos antigos e quase todos os projetos SAAL são novos e de emergência.

O programa SAAL foi lançado logo em 2 de agosto de 1974 por um despacho de Nuno Portas, durante quase onze meses secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo. Não tinha quaisquer precedentes. Sob dependência do Fundo de Fomento da Habitação, constituíram-se brigadas multidisciplinares (arquitetos, sociólogos, geógrafos, etc.) que trabalhavam diretamente para os moradores organizados, verdadeiros clientes coletivos em situação de afirmação revolucionária. Tratava-se de um programa de facto radical, assente numa conceção da intervenção urbanística situada a milhas tanto do planeamento tecnocrático para pobres imposto aos moradores e

à paisagem com extrema dureza, como do próprio planeamento de esquerda tradicional (os bairros e conjuntos de habitação subvencionada projetados com as melhores das intenções, pouco dinheiro e muitos preconceitos de desenho), em que persistia «a tradição disciplinar do movimento moderno, resistente ao contágio das alterações dos processos de produção do alojamento», com utentes tratados como «categorias abstratas»². Com o SAAL, pelo contrário, o arquiteto devia discutir e decidir diretamente com os utentes.

Tudo começou no Porto, cidade que acumulava no seu centro gravíssimos problemas de habitação e onde existia uma escola de arquitetura que conhecia razoavelmente bem o meio em que atuava e estava muito politizada. No Porto havia bairros camarários muito degradados e com um regulamento autoritário e discriminatório, o sistema de «subaluga» de quartos, partes de quarto e espaços muito divididos nas «casas-colmeia» sobrelotadas, bairros populares nos interstícios da cidade antiga, em condições degradantes (as ilhas).

A iniciativa de combate a estas situações foi popular. Logo no 1.º de Maio, os moradores do bairro camarário de S. João de Deus entregam no Quartel-General da Região Militar Norte um dos primeiros cadernos reivindicativos da Revolução. A 26 de maio teve lugar uma manifestação dos moradores de todos os bairros camarários exigindo a revogação do respetivo regulamento e começou por essa altura a ocupação de casas devolutas que iria provocar uma tal ira dos proprietários que as suas consequências (violentas) duraram anos.

De 16 a 18 de junho realizaram-se em Lisboa, no Teatro São Luiz, várias reuniões de técnicos do Fundo de Fomento da Habitação, que propuseram um «programa para uma ação imediata no setor do equipamento social e do ambiente», pressionados pela verdadeira explosão que se verificava um pouco por todas as cidades do país. Nessa altura, Nuno Portas fez sair um despacho intitulado «Regras de ação prioritárias a considerar pelos serviços do FFH», onde se fazia já menção expressa de constituir o SAAL. O serviço foi oficialmente lançado a 2 de agosto, dividindo-se desde logo em vários serviços regionais cuja coordenação nacional só surgiu muito mais tarde, no final de 1975. Ao Fundo de Fomento da Habitação foram propostas 154 operações SAAL em todo o país (54 no Norte, 26 no centro, 47 em Lisboa e arredores e 30 no Algarve). O processo decorreu por entre conflitos

opondo moradores influenciados pelo Partido Comunista Português ou pela extrema-esquerda à «câmara PPD» do Porto, opondo moradores de Lisboa às câmaras «do PCP», levantando moradores e brigadas com alguma influência do Movimento Democrático Português contra as «câmaras PS» do Algarve...

A principal diferença — de facto decisiva — entre o processo SAAL no Porto e nas outras áreas onde se registaram operações de vulto (subúrbios de Lisboa e Setúbal, Seixal, Olhão e Lagos) é que, no Norte, as mais importantes operações decorreram no centro urbano, nos buracos abertos na cidade «histórica» por «ilhas» ou bairros degradados. Tratou-se de intervenções que, embora pontuais e fragmentadas, apontavam implicitamente para um modelo radical de cidade e de planeamento: uma cidade em que os pobres também têm direito ao centro «histórico», onde se admitem vários estratos sociais de moradores e várias funções urbanas; uma cidade onde novos tipos de habitação podem referir tipos antigos e, sendo diferentes deles pela forma, assumem o caráter fragmentário da cidade, contrapondo o «velho» e o «novo» sem perda de um caráter geral solidificado pelo uso e o tempo. A inserção dos novos alojamentos nos interstícios da cidade era uma escolha pragmática, sim, mas de um pragmatismo de classe baseado nas preferências e conveniências dos habitantes e não no pragmatismo do lucro privado.

Em Lisboa, pelo contrário, as principais operações SAAL ou ligadas ao SAAL decorrem em zonas de subúrbio. Tratou-se portanto de blocos coletivos de média altura agrupados em pátio, em U, em bandas, com acessos verticais e galerias muito acentuadas. Ou seja, tratou-se de partidos tipológicos anteriores à Revolução, agora construídos em condições de emergência. As duas operações deste tipo mais conhecidas (ambas incompletas, ambas com enormes problemas de financiamento e construídas em condições de extrema dureza) foram a das «Fonsecas» (a sul da segunda circular, perto do Estádio de Alvalade) e a do «Monte Coxo/Bacalhau» (Olaíias). A primeira foi projetada por Hestnes Ferreira e constitui uma obra única na sua carreira, pela adoção de uma linguagem neorracionalista (e não tendencialmente expressionista, característica de Hestnes). O conjunto das Olaíias foi projetado por Manuel Vicente.

Outras operações SAAL do Sul adotaram os tipos também usados no Norte (bandas ou pátios de casas unifamiliares geminadas ou em



duplex), embora sempre em situação de subúrbio. Na Curraleira (Lisboa) — Arquitecto J. A. Paradelo — as casas são acompanhadas por blocos contínuos de duplexes articulados por galerias; em Setúbal (Casal das Figueiras), as casas projetadas por Gonçalo Byrne tiram o partido possível do facto de se situarem numa encosta, trepando por ela acima ladeando escadas ou enfileirando-se numa cumeeira como uma muralha romana (aqui, como no Rio de Janeiro, os pobres têm melhores vistas que os ricos).

Absolutamente singular é o conjunto do Alto dos Moinhos, projeto cooperativo com colaboração do SAAL, concebido por Silva Dias e construído no topo norte do vale de Algés: as casas dispõem-se em bandas curvilíneas descendo a pendente e são articuladas por caminhos, escadinhas e pátios que procuram recriar a tradição popular lisboeta. O conjunto foi tratado com desprezo por muitos arquitetos de Lisboa (chamaram-lhe os «pobrezinhos ao sol...») que acreditavam que o povo merecia uma arquitetura mais imponente. É provavelmente ao Alto dos Moinhos que se referem Portas e Mendes quando acusam alguns projetos SAAL de caírem no populismo «na consagração de soluções banais — de caricatura do modelo da cidade-jardim ou do

aldeamento turístico». Mas a verdade é que o Alto dos Moinhos, que não é arquitetura e urbanismo de vanguarda, tem sobrevivido galhardamente ao tempo e ao uso.

Um pouco para norte situa-se o conjunto do Alto Zambujal, promovido pelo Fundo de Fomento da Habitação e só construído a partir de 1977, também em condições duríssimas. O projeto é de Vítor Figueiredo, e partilha com outras obras do Fundo um mesmo conjunto de opções tipológicas, do género das que presidiram às operações «Fonsecas» e «Monte Coxo». Veja-se casos como o conjunto de Pedro Ramalho em Guimarães (blocos articulados com galerias, de expressão inglesa), de Noé Diniz em Famalicão (com pátios coletivos fechados), de Alberto Oliveira em Aveiro (uma só banda porticada, fragmento agora absurdo de um plano mais grandioso), de Charters Monteiro e Sousa Martins em Setúbal (o conjunto mais ambicioso com uma série de blocos quarteirão de grandes dimensões), etc.

Os bairros do SAAL Norte, por seu lado, assumiram uma situação de conflito com os gabinetes de planeamento da câmara, e um processo de cooperação conflitual entre o Estado e os habitantes, contradizendo os planos de gabinete (que a iniciativa privada contradiz

todos os dias com muito menos protestos e escândalo público do que aqueles que acompanharam o SAAL), e contradizendo especialmente a especulação fundiária que preferia expulsar os pobres dos terrenos que ocupavam de modo a terciarizá-los ou a convertê-los em habitação mais cara.

No Porto foram desencadeadas 12 operações prioritárias abrangendo 12 mil habitantes, estendidas até ao final de 1974 em mais 29, envolvendo 60 mil pessoas. Em novembro, uma manifestação de moradores contra as «subalugas» terminou em invasão popular da câmara municipal. Em 2 de dezembro, reuniu-se o I Plenário de Comissões de Moradores e Comissões Instaladoras do SAAL Norte e em julho do ano seguinte, em pleno «Verão Quente», foi constituído o Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto, integrando representantes de todas as comissões de moradores do concelho, ligadas ou não ao processo SAAL.

As mais conhecidas operações SAAL do Porto foram conduzidas por equipas dirigidas por Siza (Bouça e S. Vítor, também esta baseada num projeto anterior à Revolução que agora foi retomado com custos evidentemente mais baixos), Alcino Soutinho (Maceda), Pedro Ramalho (Antas), Sérgio Fernandez (Leal) e Matos Ferreira (Loja). São do mesmo género: preferência pelos tipos existentes nas próprias áreas de intervenção e pelas escalas tradicionais, edificação baixa (casas geminadas e/ou em duplex, blocos com um máximo de três pisos), em contacto direto com a rua, «coincidência com uma tipologia cara ao movimento moderno e com um modelo de crescimento residencial do Porto ao longo das ruas».

Nas Antas ou no Leal, os projetistas dispuseram ao longo da rua casas em duplex com pátio (P. Ramalho) ou em dois níveis unificados por um pátio «comunitário» e um caminho semicoberto entre duas fiadas de casas (Fernandez). As construções têm uma expressão exterior muito simples e, com os seus telhados inclinados, não sugerem qualquer exercício formal neomodernista.

Nem em S. Vítor, nem na Bouça, nem na generalidade dos casos, os projetistas foram ao ponto de utilizar uma variante tradicional do tipo (modernista) escolhido: «a adaptatividade da casa ao longo do tempo ou o permitir quintal privativo, mantendo a expressão coletiva». A observação é dos próprios críticos do Porto, que assim reco-



nhecem a rigidez doutrinária que, mesmo num processo participado como o do SAAL, nunca foi posta de lado pelos arquitetos de vanguarda.

De facto, o processo SAAL Norte demonstrou que a Escola do Porto, apesar de todas as análises de classe (ou por causa delas...) não estava preparada para enfrentar problemas concretos com respostas não estereotipadas. Mas é justo acrescentar que tão-pouco o estavam os arquitetos «de escola» (portugueses ou não) que continuam a desconfiar da casa, do pátio e do jardim individuais por razões que vêm do início do século.

Siza referiu-se recentemente ao comportamento «por vezes autoritário» dos populares envolvidos no processo SAAL, que «negavam qualquer consciência dos problemas por parte do arquiteto e impunham a sua maneira de ver e de pensar. O diálogo era muito polémico»³. Poderá ser útil recortar esta opinião com uma história que ainda hoje corre no Porto acerca da comissão de moradores de um dos projetos de Siza que, nas reuniões com as autoridades camarárias, invocava em defesa da obra o nome de... Bruno Taut!

Com o acordo da generalidade dos arquitetos, os moradores recusaram à partida o sistema da autoconstrução (proposto a partir do conhecimento de exemplos latino-americanos através da obra do arquiteto inglês John F. Turner) dizendo que, se os ricos e a classe média recebiam casas prontas, não se via porque teriam os pobres que construir as suas, um argumento carregado de bom senso mas que